

**ALAGOA GRANDE TERRA DE JACKSON DO PANDEIRO:
CONSTRUÇÕES MEMORIALÍSTICAS COMO ESTRATÉGIAS
PARA O TURISMO LOCAL**

Manassés Freitas Cabral - UEPB
manasses_Fc82@Hotmail.Com
Genes Duarte Ribeiro
Secretaria de Educação do Estado da Paraíba
genes_duarte@Hotmail.Com

Nas palavras de Freire (2002, p.17) a cidade de Alagoa Grande, na segunda metade do século XIX, como nas demais povoações brasileiras, tinha uma população predominantemente católica. Outro ponto a considerar do autor, é quando ele chama a atenção para os proprietários rurais, considerados como a “elite” que gozava de prestígio na política local, pois estavam em plena ascensão econômica, com o cultivo da cana-de-açúcar, apesar dessa cultura apresentasse em declínio na economia nacional. Em Alagoa Grande, o açúcar se constituía como um dos principais produtos comercializados até as últimas décadas do século XX, quando a Usina Tanquesⁱ fechou suas portas.

O colapso na sua produção açucareira não possibilitou muitas alternativas sustentáveis para a economia da cidade, ficando apenas sustentada pelos funcionários públicos, aposentados e um pequeno comércio local. É nesse período que começam os primeiros investimentos da memória de Jackson do Pandeiro como possibilidades para o turismo local e conseqüentemente recursos financeiros com as práticas do turismo.

Percebemos que a partir dessas construções a cidade de Alagoa Grande passou a se consolidar com o título de “terra de Jackson do Pandeiro”, uma vez que os seus restos mortais foram trasladados para uma cripta localizada na entrada do memorial. Sendo assim, a nossa pretensão para esta pesquisa é que seja “uma contribuição para história da produção, circulação e percepção simbólica” (BURKE, p.13) do cantor Jackson do Pandeiro, uma vez que a historiografia local não privilegiou ainda esse olhar e nenhum estudo geral tratou dessas representações simbólicas e iconográficas nesse

contexto histórico. Para tanto, este projeto de pesquisa, que ora apresentamos tem sido a nossa pretensão para o nosso trabalho monográfico e tem vários objetivos entre eles, de uma forma mais geral, analisar as construções memorialísticas em homenagem ao cantor e compositor Jackson do Pandeiro, como estratégia para o turismo local na cidade de Alagoa Grande-PB. Em seguida estudar a necessidade das construções museológicas como “lugares de memória” bem como para atrativos turísticos; Conhecer a vida do cantor e compositor Jackson do Pandeiro e sua relação com a cidade de Alagoa Grande-PB e por fim, discutir as estratégias de turismo existentes em Alagoa Grande a partir do memorial Jackson do Pandeiro, bem como o portal erguido em forma de pandeiro na BR-079.

Podemos afirmar que o nosso primeiro contato com o cantor e compositor Jackson do Pandeiro ocorreu nos meus tempos escolares, ocasião em que um professor de Língua Portuguesa trabalhava as suas músicas como metodologia de ensino. Fora do espaço escolar ele era lembrado anualmente durante os festejos folclóricos, organizados pela Prefeitura Municipal, apenas como personagem que representava a musicalidade alagoagrândense e nesse sentido, “filho de Alagoa Grande” nacionalmente conhecido pela sua genialidade musical. No entanto, ao final das comemorações Jackson permanecia distante da população e a preocupação de criar um vínculo maior com a cidade em que ele nasceu, não se constituía objetivo nem dos moradores de Alagoa Grande nem do governo municipal.

Somente, há dez anos atrás a Prefeitura Municipal de Alagoa Grande através da secretaria de Educação e Cultura sistematizou uma semana para divulgar a memória de Jackson do Pandeiro na cidade, o que representou numa ação que envolveu as escolas municipais na tentativa de aproximar o cantor com a “terra natal”. Dessa forma, foi lançada a ideia para a construção de vários elementos de caráter memorialista: um Memorial com o acervo musical e iconográfico do artista, uma praça e um busto em frente ao Teatro Municipal.

Das idéias anunciadas em 1999 nenhuma delas se concretizaram e o artista continuou sendo lembrado em iniciativas esporádicas nas festas patrocinadas pela prefeitura. Somente no ano passado houve um grande investimento por parte do Governo Federal em parceria com o governo municipal na concretização do projeto anunciado na década passada. Sendo assim, essas iniciativas foram motivações para discutir as necessidades em que possibilitaram a construção do memorial em sua

homenagem (Memorial Jackson do Pandeiro) e o Portal em forma de pandeiro na BR-079, a fim de percebemos a instituição de uma memória como estratégia de turismo local.

Salientamos que já existe uma bibliografia sobre Jackson do Pandeiro, a cidade de Alagoa Grande: Moura (2001); Avelar (2002); Zenaide (1979); Sousa (2001); Souza (2002); entre outros, como também monografias. São obras que poderão contribuir para a pesquisa que pretendemos realizar, na busca de construir um outro olhar sobre essa temática que privilegia o entendimento de parcela da história a partir das construções simbólicas.

Acreditamos que uma nova perspectiva de abordagem histórica estará sendo lançada sobre a temática exposta, quando nos apoiamos na idéia de repensar esse período de vasta produção simbólica que fizeram de Alagoa Grande ser incluída no roteiro turístico da PB-TUR ao incluir a visitação ao Memorial Jackson do Pandeiro e o anúncio no seu Portal: “ALAGOA GRANDE: TERRA DE JACKSON DO PANDEIRO.”

Nesse sentido, De que forma a construção do memorial possibilitou uma identificação dos alagoagrاندenses com Jackson do Pandeiro? Ou quais as motivações que fizeram reacender a memória do homenageado após décadas de esquecimento? Ou ainda, como o memorial se tornou estratégia de investimento para o turismo local? São questões que estão por ser respondidas e as mesmas constituem o propósito deste trabalho.

Utilizaremos vários pensadores para discutir essas questões, pro exemplo, em Le Goff (2003) encontramos que a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, e, além disso, são criados vários "lugares" da memória coletiva, entre eles os arquivos, as bibliotecas e os museus e estes memoriais têm a sua história. Dessa forma, o autor destaca em primeiro momento o investimento da França Revolucionária no século XVIII quando institui a criação de museus em homenagem aos revolucionários, seguido posteriormente por vários países da Europa e na América.

Ou seja, na Revolução Francesa de 1789, o Rei é destronado e criado a República, que é um sistema de governo comandado por pessoas que detinham cidadania garantida, com direitos iguais, destruindo dessa forma, os fundamentos que

conhecemos como Antigo Regimeⁱⁱ. Dessa maneira, criada a República, era necessário criar os cidadãos, fornecer meios para compartilhar sentimentos, valores e costumes comuns, além de uma língua e um território. Resumindo:

O Estado nacional surgiu, por tanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para isso, foram necessárias políticas educacionais que difundissem, já entre as crianças, a idéia de pertencimento a uma nação. (FUNARI & PELEGRINI, p. 16)

Com a criação/invenção do Estado Nacional, foi necessário criar o cidadão, onde se utilizaram da escola, mecanismo de reprodução social, para que isso ocorresse. Para se chegar ao conceito de bens coletivos que temos hoje, foi muito importante criar uma cultura nacional começa a surgir um Patrimônio de um povo, com uma única língua, origem e território. (FUNARI & PELEGRINI, p. 17).

Dessa forma, partiremos do pressuposto da construção da História do Brasil, a partir do século XIX, com a formação do Estado Nacional, visto que no período colonial não existia esse sentimento de “nacionalidade brasileira”, de identidade nacional. Margarida Maria Dias, nos diz que

No Brasil, apesar de todo seu passado colonial e até mesmo por isso, a construção de uma história nacional ligada à formação de uma identidade brasileira também está ligada à formação em 1822 do Estado Nacional Brasileiro. (DIAS, 1996, p. 29)

Mais tarde em 1934, no governo nacionalista de Getúlio Vargas inicia-se a demarcação de lugares de memória da Nação. Na Constituição de 1934, declara-se o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional e introduziu o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social.

A partir daí o que se chama de Patrimônio também se inclui nas atividades turísticas inclusive no Brasil e particularmente nos estados que iniciarão o *marketing* de atrativos turísticos. Apontaremos nesse momento a posição atual do turismo nas questões patrimoniais. Onde o Turismo é uma força de mercado que pode contribuir de forma para a preservação/conservação/interpretação dos monumentos e da cultura. Meneses (2006).

Nesse sentido, essa rede simbólica, a atividade turística é capaz de estabelecer relações entre a vida material do passado, a paisagem e os costumes e a realidade de quem busca diversão, conhecimento e fuga do cotidiano na expressão de Meneses (2006).

Reconhecer um espaço como “turístico” é elaborar uma construção cultural. É dar sentido e significado as coisas e os costumes de tempos diversos e pessoas diferentes do turista. Esse processo dá forma a uma narrativa que orienta a busca de cada viajante e que antecipa os prazeres que podem ser buscados e alcançados.

Portanto, se o método de interpretação utilizado pelos historiadores é capaz de problematizar a memória coletiva, colocando em xeque a lógica de seu discurso homogeneizador, isso não exclui a possibilidade dele também contribuir para o planejamento do turismo cultural sustentável, uma vez que possui afinidades suficientes para integrar o trabalho de produção de atrativos culturais para o turismo.

No entanto, as estratégias de turismo em Alagoa Grande a partir das construções que homenageiam Jackson de Pandeiro nos faz questionar baseado nas palavras de Flores (2005): Com efeito, parece não ser mais nenhum absurdo afirmar que o acesso às viagens e ao turismo está inscrito no constitucionalismo brasileiro e deve ser preocupação dos governos afirmativos como um direito: um direito social básico como a saúde, educação, moradia e segurança.

A primeira fase da pesquisa será realizado[a] um levantamento e identificação da historiografia a respeito das construções museológicas que incluirá um conjunto de obras sobre a temática da pesquisa. O levantamento bibliográfico terá por finalidade buscar pistas sobre o tema, a partir do qual poderemos compreender diferentes leituras atribuídas a construção de museus, monumentos, acervos e arquivos, a exemplo de Lemos (1987) e Pesavento (1995).

Em um segundo momento incorporaremos a esse levantamento historiográfico as biografias sobre o cantor e compositor Jackson do Pandeiro e sua relação com a cidade de Alagoa Grande a partir das construções feitas em sua homenagem em 2008, o que caracterizou investimentos como estratégias para o turismo.

Para analisar e dar possibilidades para a construção de uma narrativa histórica através da produção simbólica iremos fazer um levantamento desses “lugares de memória” (Memorial Jackson do Pandeiro e o Portal em forma de pandeiro na BR-079) e estudá-los conjuntamente com os artigos de jornais (A União, O Norte e Diário da Borborema) e a historiografia já mencionada anteriormente no sentido de antigirmos o objetivo geral proposto nesta pesquisa. Lançaremos olhar tendo como perspectiva

analítica: tamanho, localização, composição iconográfica, representação, o(s) artista(s) construtor(es) da obra, o valor do empreendimento, os locais de exposição, bem como as justificativas para a sua concretização.

Para tanto, iremos necessitar o exame de leis (que determinava a criação do memorial) e projetos (arquitetura, material empregado no memorial, plano, croquis etc.) e decretos existentes na Câmara Municipal e na Prefeitura de Alagoa Grande, bem como no Site do Ministério do Turismo que autorizavam as construções desses marcos em homenagem ao cantor objeto da pesquisa.

ⁱ Inaugurada em 1926 sob propriedade dos sócios: Heretiano e Apolônio Zenayde (irmãos) e João Holmes Sobrinho, absorvia a maior parte da cana-de-açúcar cultivada nas proximidades de Alagoa Grande, produzindo açúcar em grande escala. Foi Adquirida posteriormente pelo Agro-Industrial Agnaldo Velloso Borges que faleceu em 1990, deixando-a sob a administração de sua filha até a sua falência, no final do século XX. (FREIRE, 2002)

ⁱⁱ Os líderes da Revolução Francesa de 1789, para ressaltar as transformações que viviam, chamaram de Antigo Regime ao sistema social, político e econômico do país anterior a Revolução. Com o tempo, o termo se difundiu, sendo associado e aplicado a outras sociedades que tinham semelhanças ou compartilhavam de elementos comuns da sociedade francesa antes da revolução.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica, e outras conquistas materiais e simbólicas. In: **Paraíba no Império e República: estudos de história social e cultural**. 2ª ed. João Pessoa, Idéia, 2005.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**, Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FLORES, Elio Chaves. As fundações historiográficas da turismologia In: **Sæculum - REVISTA DE HISTÓRIA** [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua História**. Ed. Idéia, João Pessoa, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

MENESES, Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

MOURA, Fernando. **Jackson do Pandeiro: o rei do ritmo**. Ed. 34, São Paulo, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.15, n.29, p.9-27, 1995.